

II Simpósio Direitas Brasileiras “Bolsonaro no poder”

01 a 23 de julho de 2020

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

**OBERVATÓRIO DAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA 2018:
PERSPECTIVAS DE POLÍTICA CRIMINAL**

Ana Luisa L. de A. Barreto, UERJ

Bruna Portella de Novaes, PUC-Rio

Daniel Fonseca Fernandes, UNIJORGE

Juliana de Athayde, UFRJ

Lucas Vianna Matos, UFRJ

Marcelo Coelho, UFRJ

Vinícius de Assis Romão, UERJ

RESUMO

Este artigo tem como objetivo a produção de um relato de pesquisa do “Observatório das Eleições Presidenciais 2018: uma leitura sobre perspectivas de política criminal”, projeto coletivamente conduzido pelos autores. Além de um breve apanhado sobre a metodologia utilizada na coleta e análise de dados do Observatório, buscar-se-á apresentar alguns dos principais achados de pesquisa. Esta pesquisa parte de uma visão crítica da questão criminal orientada pelo marco teórico da criminologia crítica e da compreensão sobre a importância que as eleições de 2018 assumiram nos rumos da política brasileira. Essa eleição foi fundamentalmente sido orientada por um discurso violento e punitivista sobre a questão criminal, tendo sido criados quatro chaves de leitura (violência urbana e segurança pública, criminalização e opressões sociais [aborto, gênero, movimentos sociais, racismo, homofobia etc.], combate à corrupção e interação entre poderes públicos e privados e, por fim, política judiciária e sistema prisional) para analisar os discursos de candidatos de diferentes espectros políticos de modo a tentar contribuir com análises críticas sobre o atual momento político brasileiro.

Palavras-chave: eleições, questão criminal, direitas, política, pesquisa empírica.

ABSTRACT

This article aims to produce a research report from the “Observatory of Presidential Elections 2018: a reading on criminal policy perspectives”, a project collectively conducted by the authors. In addition to a brief overview of the methodology used in the data collection and analysis of the Observatory, we will try to present some of the main research findings. From a critical view of the criminal question, this research is guided by the theoretical framework of the critical criminology and from the understanding of the importance that the 2018 elections assumed in the direction of Brazilian politics. This election was fundamentally guided by a violent and punitive discourse on the criminal issue, and four keys of reading were created (urban violence and public security, criminalization and social oppression [abortion , gender, social movements, racism, homophobia, etc.], fight against corruption and interaction between public and private powers and, finally, judicial policy and the prison system) to analyze the speeches of candidates from different political spectrum in order to try to contribute to critical analyzes of the current Brazilian political moment.

Key words: elections, criminal issue, right-wing, politics, empirical research

OBSERVATÓRIO DAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA 2018: PERSPECTIVAS DE POLÍTICA CRIMINAL

*Ana Luisa L. de A. Barreto
Bruna Portella de Novaes
Daniel Fonseca Fernandes
Juliana de Athayde
Lucas Vianna Matos
Marcelo Coelho
Vinícius de Assis Romão*

Este artigo tem como objetivo apresentar percursos metodológicos e achados de uma pesquisa concluída, realizada pelo Grupo Clandestino de Estudos em Controle, Cidade e Prisões¹, que nomeamos² de “Observatório das Eleições Presidenciais 2018: uma leitura sobre perspectivas de política criminal”. A conturbada conjuntura brasileira, que sempre demandou esforços analíticos, tornou-se crescentemente desafiadora no último ano eleitoral. Como pesquisadores críticos do direito, nos pareceu evidente que a questão criminal ocuparia um lugar político decisivo na disputa eleitoral, diante da progressiva radicalização do consenso punitivo que cerca a experiência política da Nova República brasileira.

Pensando a questão criminal, em diálogo direto com Vera Malaguti Batista (2016), como a constelação de dinâmicas sociais e políticas em torno do crime, processos de criminalização, sistemas policiais e de justiça, o problema inicial que nos ocupava era indagar como esses temas seriam mobilizados na disputa eleitoral, que se apresentava como a mais polarizada dos últimos 30 anos. Nos interessava compreender quais as radicalizações e/ou inflexões seriam produzidas em relação ao que entendíamos como consenso punitivo da Nova República em crise.

A noção de consenso punitivo não pretende reduzir, nem tampouco anular, as lutas políticas travadas no Brasil em resistência ao punitivismo nas últimas três décadas, especialmente conduzidas por movimentos sociais e setores contra-hegemonico da academia, mas com pouca entrada na política institucional. O punitivismo pode ser entendido como uma perspectiva política que, intimamente relacionada com as reproduções de hierarquias sociais no Brasil, pretende, ao menos discursivamente, que a punição (e o

¹ O Clandestino é um grupo de estudos independente composto pelos autores deste artigo, situando-se no campo crítico do direito e mobilizando-se a partir dos eixos temáticos da cidade, do controle e da prisão. Mais informações sobre projetos em andamento, publicações e histórico encontram-se disponíveis no *site* <http://blogclandestino.wordpress.com>.

² O uso da terceira pessoa do plural não configura, aqui, a escrita impessoal do texto acadêmico, mas sim uma referência concreta aos autores desta publicação, que são também sujeitos da pesquisa que se busca descrever. Esta escolha está em harmonia com o objetivo deste trabalho, que é apresentar um relato da trajetória desta pesquisa, que se construiu a muitas mãos.

encarceramento, de forma central), seja a solução para problemas sociais e políticos complexos.

Afirmamos que a Nova República é caracterizada pelo consenso punitivo, diante da normalização institucional da barbárie prisional e do genocídio antinegro, configurando uma democracia violenta, em uma lógica de violência estatal que atravessa a política institucional independente do campo político que exerça conjunturalmente a hegemonia no bloco do poder (FLAUZINA, 2019). A investigação partiu da mirada crítica que pensa a questão criminal como um nó autoritário do pacto social que refundou a democracia formal no Brasil há mais de 30 (trinta) anos, articulada com o entendimento de que a conjuntura pré-eleitoral apontava para a agudização desse contexto.

O ano de 2018 foi marcado por muitas derrotas para as esquerdas e para o campo democrático brasileiro como um todo. O símbolo maior deste “ano pesadelo” foi o assassinato de Marielle Franco, vereadora do PSOL, e Anderson Gomes, seu motorista, no Centro do Rio de Janeiro, no mês de março. A violência assassina contra Marielle apareceu como um sinal da vitória da barbárie nas eleições de outubro. Ainda naquele primeiro semestre, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, maior liderança do Partido dos Trabalhadores e pré-candidato à presidência da República, foi preso após condenação em segunda instância, no âmbito da operação Lava-Jato. A perseguição judicial e midiática ao maior líder popular do país, fiador do acordo de classes e do pacto conservador (SINGER, 2012) que “estabilizou” a democracia formal no Brasil por mais de uma década, agravou ainda mais o contexto de crise política e institucional, aberto com o golpe de Estado de 2016 contra a então presidenta Dilma Rousseff (PT).

A “constituição cidadã” de 1988 havia completado trinta anos em uma conjuntura de ofensiva das classes dominantes contra direitos sociais e trabalhistas e de violenta reação do conservadorismo contra os avanços produzidos por movimentos sociais nos campos das relações raciais, de gênero e da sexualidade. Essa articulação entre choque ultraliberal nas relações econômicas e reacionarismo nas dinâmicas da vida social e cultural constituiu o sentido geral do golpe antidemocrático de 2016.

Mas o sentido regressivo da conjuntura se estendia: o período pré-eleitoral foi marcado por um movimento de militarização da cena pública do país. Membros da alta patente das forças armadas voltaram a assumir protagonismo no debate político nacional, se manifestando sobre temas diversos, muitas vezes em tom ameaçador. A violenta intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro foi um marco decisivo neste processo. Nesta conjuntura, temas como “violência urbana”, “crime organizado” e “combate à corrupção” foram constantemente mobilizados pelas forças políticas, colonizando o debate público brasileiro no

período anterior ao conflito eleitoral. Não por acaso esses termos se apresentam aspeados: entendemos que eles não necessariamente denotam um sentido unívoco. Se a criminologia é o curso dos discursos sobre a questão criminal (ZAFFARONI, 1988), há de se compreender que imprensa e campos da política institucional têm produzido seus saberes criminológicos. Com isto, diz-se que não só produzem concepções sobre o que é crime, violência ou corrupção, mas também buscam determinar a relevância destes fenômenos para a sociedade brasileira contemporânea e que afetos eles mobilizam.

A conjuntura, em suma, explicitou a fragilidade e os limites da democracia formal do Brasil. O que parecia para muitos uma “democracia consolidada” se esvaiu entre golpes, radicalização dos setores conservadores e práticas discursivas autoritárias produzidas no âmbito do sistema de justiça e Ministério Público. Ocorre que, como já destacado, os limites do nosso pacto social já existiam e eram evidentes, mesmo que invisíveis para o discurso hegemônico (à direita e à esquerda): uma democracia fraturada por intensas desigualdades sociais, com baixa densidade de interlocução entre sociedade civil organizada e instituições e que encarcera, tortura e mata de forma sistemática a população negra através das engrenagens do sistema penal.

Se estes elementos discursivos e não-discursivos em torno da questão criminal já se encontravam presentes e acionados na conjuntura, a disputa eleitoral de 2018 impôs questionamentos sobre o arranjo e mobilização destes elementos pelos representantes de diferentes espectros políticos. Que efeitos o acirramento da polarização e a relevância de uma candidatura autodefinida como *outsider* provocaria sobre este debate? De que forma propostas e posicionamentos sobre temas como segurança pública, sistema prisional e corrupção se organizariam nesse novo cenário?

Diante destas perguntas, embarcamos no empreendimento de observar, coletar e analisar os discursos dos candidatos à Presidência da República durante o período eleitoral de 2018, especificamente nas suas interfaces com a questão criminal. Falas, textos e imagens publicados no *Facebook*, propaganda televisiva, participação em debates e os planos de governo de nove candidatos compuseram uma amostra compartilhada entre as pesquisadoras e pesquisadores envolvidos no Observatório. Após a coleta destes dados, seguiu-se uma leitura analítica, realizada coletivamente, em encontros que produziram algumas linhas de discussão que foram aprofundadas em artigos específicos e serão apresentadas, em seus aspectos gerais, no presente trabalho.

1. Percursos metodológicos: coletando os discursos dos candidatos à Presidência

O projeto buscou identificar e analisar discursos de nove candidatos à presidência em relação à questão criminal, a fim de investigar rupturas, permanências e radicalizações em torno do consenso punitivo que marca a Nova República brasileira. Em relação ao corpus empírico, a amostra qualitativa buscou contemplar diversos meios de difusão – redes sociais e televisão – bem como os Planos de Governo, documentos oficiais cadastrados no TSE. No âmbito das redes sociais, foi realizada a coleta e sistematização de publicações das páginas oficiais no *Facebook* dos candidatos. Além disso, a amostra incluiu os debates oficiais.

Quanto ao período de coleta, inicialmente alcançaria apenas o período oficial de propaganda eleitoral definido pelo TSE. O período mais longo, relativo à propaganda nas ruas e na Internet, estendia-se de 16 de agosto a 5 de outubro de 2018, no primeiro turno, e entre 08 e 26 de outubro, no segundo turno. Contudo, considerando a relevância do primeiro debate, produzido pela Band, no dia 09 de agosto, como uma abertura do palco de embates político-eleitorais, a amostra foi modificada para englobar publicações de *Facebook*, programa eleitoral na televisão e debates entre o período de 16 de agosto a 26 de outubro, além do debate do dia 09 de agosto.

Quanto aos candidatos acompanhados, estabeleceu-se uma seleção de nove candidaturas – Álvaro Dias (Podemos), Cabo Daciolo (Patriotas), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), Henrique Meirelles (PMDB), Jair Bolsonaro (PSL), Marina Silva (Rede), Luiz Inácio Lula da Silva, e, posteriormente, Fernando Haddad (PT) – a partir dos critérios de representatividade ideológica e partidária, além dos critérios para participação em debates. Considerando as candidaturas deferidas pelo TSE³, a amostragem capturou parte significativa dos discursos que circularam na arena eleitoral e política do pleito de 2018.

A equipe foi formada por nove pesquisadores⁴, todos integrantes do Clandestino⁵. A primeira etapa da pesquisa ocorreu de forma individual: cada pesquisador ficou responsável pela coleta dos dados referentes a um(a) candidato(a). Foram transcritos os discursos com referências diretas ou indiretas a tópicos de política criminal, formando um banco de dados coletivo. A fim de orientar esta coleta, o grupo produziu um banco de dados em tabela de Excel com quatro eixos temáticos referentes a aspectos de política criminal. Supomos, com base em observações exploratórias, que tais temas provavelmente surgiriam nos discursos

³Apenas quatro candidaturas deferidas não compuseram a amostra: Eymael (DC), João Amoedo (NOVO), João Goulart Filho (PPL) e Vera Lúcia (PSTU).

⁴ Além dos autores deste artigo, participaram do projeto Isadora Lins (UERJ) e Txapuã Menezes (UFBA). A eles o nosso enorme agradecimento pelas valiosas contribuições!

⁵ Para uma apresentação do grupo, ver nota 1.

de todas ou na maioria das campanhas. Foram eles: 1) violência urbana e segurança pública; 2) criminalização e opressões sociais (aborto, gênero, movimentos sociais, racismo, homofobia etc.); 3) combate à corrupção e interação entre poderes públicos e privados; 4) política judiciária e sistema prisional⁶.

A partir da coleta e sistematização dos dados referentes ao primeiro turno, construiu-se um relatório preliminar, compilando os posicionamentos dos diversos candidatos e estabelecendo potenciais abordagens analíticas sobre o conjunto dos dados. A coleta de dados prosseguiu pelo segundo turno, com uma pequena modificação da amostra. Considerando que os debates não ocorreram, devido à recusa do então candidato Jair Bolsonaro em comparecer, desde o atentado sofrido em 09 de setembro, adicionamos à amostra as entrevistas individuais dos candidatos do PSL e do PT. Estas entrevistas ganharam especial relevância diante do vácuo provocado pela ausência de debate, embora produzissem discursos isolados, sem possibilidade de um confronto direto⁷.

Reconhecem-se os limites metodológicos do *corpus* empírico analisado, diante das mediações existentes entre discursos e interesses eleitorais. Partimos da compreensão de que as eleições, sem trazer à baila as críticas em torno dos limites democráticos da dinâmica eleitoral burguesa, constituem um momento político relevante no funcionamento da democracia liberal e na conformação política dos grupos em disputa. A análise sistemática dos discursos eleitorais pode apresentar importantes pistas acerca das tensões contemporâneas entre política e questão criminal no Brasil.

2. Achados de pesquisa: construindo caminhos de compreensão dos dados

Nos encontros coletivos destinados à discussão dos dados, cada pesquisador/a pôde destacar as trajetórias percorridas pelo candidato que acompanhava. Um indício foi praticamente generalizado: nenhuma candidatura permaneceu imune ao discurso do então candidato Jair Bolsonaro (PSL). Sua campanha centralizou de modo decisivo os rumos do debate sobre a questão criminal no primeiro turno. Ainda que não monotemática, a candidatura de Bolsonaro tinha o punitivismo como tônica discursiva imiscuída em diversos

⁶ Estes eixos temáticos são consequência de um esforço analítico de produção de categorias que contemplassem o debate do cenário político de 2018, não especificamente de uma ou outra candidatura. Assim, em determinados momentos foram feitas discussões coletivas, buscando construir uma interpretação uniforme sobre os discursos, que não se subsumiam obviamente a apenas uma das categorias.

⁷ Em verdade, Fernando Haddad e Jair Bolsonaro tampouco foram postos frente a frente em debates no primeiro turno. Os dois debates aos quais Bolsonaro compareceu, nos dias 09 e 17 de agosto, não contaram com a representação de candidatura petista, uma vez que a participação do então candidato Lula foi vetada.

temas. Assuntos como desigualdade salarial entre homens e mulheres, investimento no ensino básico e mesmo a economia da indústria do coco acabaram canalizados pelo candidato para a questão da segurança pública. A última postagem na página no *Facebook* de Bolsonaro antes do segundo turno é simbólica. Trata-se de um vídeo do apresentador de televisão Ratinho declarando seu apoio e sintetizando aquilo que, findada a eleição, resta inequívoco: “Eu acho que a segurança pública é o principal item dessa eleição”.

O léxico mobilizado por Bolsonaro revela a criação e constante reforço de um inimigo difuso, o “bandido”, que coloca em risco o modo de vida de um sujeito igualmente indefinido, “o cidadão de bem”. A partir dessa dualidade de materialidade implícita o candidato dirige-se a um sentimento igualmente difuso vivido por parte da população que se sente afetada pelo discurso “politicamente correto”, pelos “direitos humanos” ou pela “corrupção”. Daí que, para Bolsonaro, as palavras “crime” e “bandido” tenham um sentido tão amplo e sejam tão frequentemente utilizadas. Trata-se não apenas daquele que incorre em um tipo penal, mas ainda mais daquele que ameaça um determinado modo de vida ou os valores morais defendidos pelo candidato.

O discurso de Bolsonaro colocou as outras candidaturas de direita em uma posição ambivalente. A afirmação reiterada de Geraldo Alckmin (PSDB) de que a questão social no país “não se resolve na bala nem na faca”⁸ ilustra a estratégia política de conservadores que, sem renunciar à retórica punitiva, buscaram se vender como o equilíbrio entre os “extremos”. A candidatura tucana, inclusive, foi a que mais se esforçou nesse sentido, tendo a segurança pública como um dos eixos centrais do cotidiano da campanha. O discurso parte de um autoelogio, colocando Alckmin como responsável direto pela redução de homicídios em São Paulo nos últimos anos, a partir da exaltação da política encarceradora, uma vez que o Estado possui a maior população prisional do país⁹. Ao mesmo tempo, o ex-governador paulista tenta se situar em um terreno pretensamente “civilizado” e racional, posicionando-se reiteradamente contra o armamento generalizado da população e reafirmando que nem tudo se resolve com violência.

⁸ Nos primeiros dias do período eleitoral, a campanha de Geraldo Alckmin esteve marcada por uma polêmica e tentativa de proibir a veiculação de um vídeo em tributo a campanha “kill the Gun”. O vídeo em comento mostra uma bala cortando objetos com as palavras: Desemprego; Falta de Saneamento; Analfabetismo; Filas na Saúde; Fome; a bala chega próximo à cabeça de uma menina negra e aparece a mensagem: Não se resolve na bala. O vídeo abriu diversos programas eleitorais foi repostado no *Facebook*, virou propaganda eleitoral na TV e jargão do candidato, alterado após a facada sofrida por Bolsonaro para “não se resolve na bala, nem na faca”.

⁹ Cabe destacar que o campo da sociologia da violência tem desmistificado a tese do tucanato paulista que relaciona aumento do encarceramento com diminuição do número de homicídios. Sobre a discussão acadêmica em torno da mortalidade por homicídios em São Paulo ver: Peres et al (2011) e Adorno; Nery (2019).

O tema do armamento da população é um dos exemplos mais fortes da capacidade de Bolsonaro colonizar e centralizar o debate político. Alckmin passou a abordá-lo especialmente como uma resposta à campanha de Jair Bolsonaro. O plano de governo do PSL introduziu a temática da segurança pública referindo-se a um documentário da Rede Globo (“A Guerra do Brasil”) para estabelecer um comparativo entre o Brasil e países que passaram por guerras recentes, como Iraque e Síria. A partir disto, o documento identificava que, no Brasil, haveria mais mortes do que nesses países e, com isso, afirmava que o país está em guerra. Para combater essa guerra, o plano de governo defendeu a posse de armas de fogo por civis, argumentando que os exemplos de países como EUA, Canadá, Alemanha, entre outros, mostrariam uma relação entre o armamento de civis e a redução do número de homicídios. Sua grande proposta para resolver a questão da violência urbana era “investir fortemente em equipamentos, tecnologia, inteligência e capacidade investigativa das forças policiais”¹⁰, direito a posse de arma de fogo para civis, e participação das forças armadas no “combate a todos os tipos de violência”¹¹.

O autoritarismo das propostas sobre política criminal do campo conservador não se restringe ao conteúdo punitivo. As campanhas do campo da direita de um modo geral assumem uma postura autorreferenciada e não demonstram a menor pretensão de dialogar com concepções produzidas pela sociedade civil organizada e pelo discurso acadêmico. Há um profundo enraizamento dos discursos conservadores sobre a questão criminal em estereótipos e preconceitos, com forte tentativa de desmoralização da crítica e dos dados produzidos pela pesquisa social, como na discussão sobre a suposta relação entre encarceramento e redução de homicídios em São Paulo. O caso de Bolsonaro, dentre as demais campanhas, entretanto, é exemplar. A segurança pública é o grande tema da campanha, mas o discurso se limita à defesa da atuação violenta das polícias com a disposição do exército e ao armamento da população civil. Não existe no Plano de Governo nem no cotidiano da campanha propostas bem delineadas e o candidato tampouco demonstra possuir expertise no assunto.

A segurança pública não é a única referência à questão criminal nos discursos eleitorais. Ainda antes do início do pleito, a máxima anticorrupção e os percursos da Operação Lava-Jato já apontavam protagonismo no debate político nacional. A conjuntura de judicialização da política e a centralidade da dinâmica prático-discursiva contra a corrupção mobilizada pelos quatro anos de Operação Lava-Jato se refletem no pleito eleitoral de 2018. A cruzada moral, que não saiu da pauta da mídia tradicional brasileira neste período, já havia

¹⁰ Plano de Governo de Jair Bolsonaro, p. 32.

¹¹ Plano de Governo de Jair Bolsonaro, p. 34.

delineado um consenso punitivo que pintou o heroísmo do judiciário combatente e a vanguarda dos Procuradores da República.

Assim, o combate à corrupção disputa o protagonismo com o tema da violência urbana e segurança pública. A candidatura de Álvaro Dias foi uma alegoria de todo este processo, se valendo do chavão de “Tolerância Zero” como norteador deste combate criminal à corrupção, cujo resultado seria a mola propulsora de todos os avanços sociais e econômicos do país. Apesar do Plano de Governo falar em “medidas juridicamente viáveis”¹², Dias acabou por assumir a estratégia de vale-tudo, revelando um baixo compromisso com as garantias fundamentais que norteiam o direito e o processo penal brasileiros. Foi assim que se apresentou como a voz no Congresso que instrumentalizou as propostas do Ministério Público Federal que ficaram conhecidas como “as 10 medidas”, almejando a posição de uma candidatura natural das mobilizações anticorrupção no país.

Este candidato se esforçou para associar o estigma de “bandido” aos envolvidos com corrupção, tendo afirmado ser temido por eles, em razão da sua alegada história pessoal de combatente político deste problema. Os debates sobre prisão e política judiciária foram todos canalizados para a corrupção, que culminou com a mobilização apelativa da categoria organização criminosa, quando ao final da campanha, Dias agudizou seus ataques ao PT e à candidatura de Fernando Haddad.

A questão da corrupção também foi progressivamente ocupando maior lugar na campanha de Geraldo Alckmin. A privatização é central para o candidato, tanto no âmbito econômico quanto em temas de política criminal. Em especial nos discursos sobre corrupção, esta agenda é clara, sendo a principal pauta a Reforma Política visando a diminuir o tamanho do Estado. Conforme já pontuamos, a campanha eleitoral do PSDB buscou construir o seu candidato como a única alternativa viável entre dois extremos. O discurso eleitoreiro de Alckmin buscou, de um lado, enfrentar o PT sob alegações de que má gestão e corrupção levaram o país a crise, e de outro, se contrapor ao discurso de ódio de Jair Bolsonaro, sua postura violenta e de defesa ao armamento pessoal.

Essa abordagem tornou-se mais intensa com a proximidade da votação e com a divulgação de pesquisas de intenção de voto em segundo turno. A campanha passou a afirmar em diversas peças publicitárias e programas eleitorais que votar em Bolsonaro era trazer o PT e a corrupção de volta, além de apresentar supostas afinidades políticas entre as ideias petistas e as de Bolsonaro, apontando a necessidade de temer o aumento da violência e da corrupção.

¹² Plano de Governo de Álvaro Dias, p. 7.

Em outro sentido, a pauta autoritária de Bolsonaro também mobiliza e define os caminhos das candidaturas de centro e da esquerda. Marina Silva, assim como o candidato do PSDB, também se apresentou como uma terceira via que se distinguiria de dois projetos igualmente nocivos: a corrupção do PT e o autoritarismo de Bolsonaro. Ela procurou se apresentar como oposição a estes dois candidatos também a partir do recrudescimento do combate à corrupção e a crítica ao discurso armamentista de Bolsonaro. O debate de Marina sobre política criminal acaba por ser, então, pautado pelas suas representações dos demais candidatos.

Foi perceptível que Marina não tomou a política criminal como um eixo temático de destaque, mas é também evidente que a candidata percebe a sua centralidade no debate público. A necessidade de se reportar a esse tema fica explícita nas suas primeiras manifestações públicas em campanha: no debate da RedeTV, menciona a segurança pública em meio à resposta de uma pergunta sobre desemprego; no primeiro *post* do *Facebook* em período de campanha, cita a morte violenta de um jovem. De início, portanto, foi a indignação frente à violência urbana que orientou a maior parte do seu discurso sobre política criminal.

Com o avançar da campanha, a indignação genérica sobre a violência urbana progressivamente perde lugar para um discurso sobre a corrupção. Se no debate da Band, no dia 9 de agosto, Marina respondeu a uma pergunta sobre desemprego com um dado sobre segurança pública, nos debates da SBT e Record (respectivamente em 26 e 30 de setembro) a candidata, perguntada sobre medidas de combate ao desemprego, respondeu que seria preciso “recuperar a credibilidade” que o país havia perdido com a corrupção. É a partir dessa representação enquanto uma terceira via (entre o autoritarismo de Bolsonaro e a corrupção do PT de Fernando Haddad), capaz de unir o país, que Marina trabalha, especialmente no fim de sua campanha, com problemáticas de política criminal.

A campanha de Ciro Gomes tampouco teve a política criminal como destaque. Entretanto, um discurso de moralidade e ética na vida pública foi explorado pelo candidato durante todo o processo, sempre destacando sua condição de “ficha limpa” aliado à denúncia de crimes cometidos por adversários políticos. Esta qualidade de “ficha limpa” perpassa praticamente todas as peças audiovisuais divulgadas pelo candidato nas redes sociais e na televisão. As denúncias feitas por parte do candidato foram contundentes, classificando, muitas vezes, como “ladrões” ou “bandidos” personagens tradicionais da política brasileira, como Eduardo Cunha e Michel Temer.

Um outro aspecto de destaque na campanha do PDT é a ligação entre a educação, com destaque para a proposta de escola em tempo integral, e a violência a que a juventude brasileira está submetida. A educação escolar aparece, em alguma medida, como caminho

viável à redução da vulnerabilidade dos jovens e redução da violência. A educação, portanto, não aparece essencialmente como caminho para o desenvolvimento social da juventude popular, com possibilidades libertadoras, mas como forma de reduzir a violência criminal.

Na campanha presidencial do Partido dos Trabalhadores, por seu turno, se não há um apelo punitivista, tampouco há um posicionamento crítico firme e coerente contra o discurso que autoritário e violento que prepondera sobre a questão. O discurso da injustiça da prisão do ex-presidente Lula, com consequente crítica ao judiciário, foi o eixo norteador da campanha até a efetiva definição de Fernando Haddad como candidato à presidência. A discussão se concentrou, contudo, ao caso específico de Lula, não havendo uma crítica mais ampla ao judiciário e/ou à política criminal e aos órgãos de controle. A partir da definição de Fernando Haddad como candidato à presidência, o leque do programa se amplia e as propostas, antes apresentadas de forma superficial, ganham maior concretude. A política criminal também passa a aparecer de forma mais diversificada – já que a injustiça da prisão do ex-presidente Lula perde centralidade –, embora siga sem ocupar lugar de destaque na campanha presidencial do Partido dos Trabalhadores.

A campanha do PSOL, na figura de Guilherme Boulos, foi a que mais destoou das demais no que concerne à questão criminal, e é justamente sobre esse ponto que a candidatura admitiu enfrentar um dos seus grandes desafios. O plano de governo identifica na questão criminal um nó no processo de democratização brasileiro e uma das grandes contradições do pacto social – atualmente em crise – que fundou a Nova República. Nesse contexto, o plano reconhece a dificuldade da esquerda brasileira em politizar a questão criminal na atual quadra histórica, não conseguindo escapar do consenso punitivo que, nesse período, erigiu a pena como dogma e o controle punitivo como receita simples para o enfrentamento das contradições e da conflitividade social. Esse diagnóstico é acompanhado pela afirmação de que o “programa procura marcar a diferença de concepção” das outras candidaturas (inclusive progressistas), especialmente na proposição de um modelo de segurança pública que escape da colonização militar e bélica em direção à segurança de direitos.

O desafio, contudo, foi levar essa discussão para o cotidiano da campanha eleitoral, nos debates, entrevistas e redes sociais, onde ocorre a efetiva disputa e difusão do programa. Evidente que esta é uma tarefa política delicada, se considerado o atravessamento do punitivismo no campo progressista e o processo eleitoral no qual a extrema direita conduziu as discussões sobre a questão criminal. Nesse contexto, especialmente na primeira metade da campanha as ideias e propostas do plano de governo sobre segurança pública, por exemplo, foram frequentemente substituídas por um discurso genérico de “valorização da inteligência nas atividades policiais”, comum a várias candidaturas.

Em um primeiro momento, portanto, a discussão sobre modelo policial e desmilitarização de segurança pública – central no texto do plano de governo – não apareceu nos debates, programas eleitorais e *Facebook*. Com o desenvolvimento da campanha e a centralidade que os temas de política criminal assumiram no discurso da direita, a discussão apresentada por Boulos e Guajajara passou a incorporar aspectos do plano de governo do PSOL. Nesse sentido, por exemplo, no dia 27 de setembro, Boulos postou no *Facebook* que “nós precisamos desmilitarizar as polícias, ter um outro modelo de segurança que reveja a política carcerária, a política de segurança pública e invista em prevenção e inteligência”.

Em que pese o esforço em relação à crítica ao punitivismo, a campanha insistiu na mobilização simbólica da retórica da pena. Nesse sentido a crítica ao machismo, racismo e violência da sociedade – ou ainda a outros candidatos – muitas vezes apareceu reduzida pelo binômio crime x punição. A crítica aos cortes sociais do governo Temer, por exemplo, só atinge a radicalidade adequada quando são classificados como “crimes”. O apelo recorrente a expressões como “criminoso”, “merecia estar preso”, “é um crime” é parte da hegemonia política do uso simbólico e material do crime com sinônimo de “problema” e, conseqüentemente, da punição como sinônimo de “solução”, estratégia discursiva compartilhada pelo bolsonarismo. Mais do que um detalhe simbólico, o uso recorrente da linguagem punitiva e a demanda por punição desvela os desafios da esquerda brasileira em radicalizar a crítica ao punitivismo e aos limites de um uso alternativo do direito penal e das agências de punição.

3. Em vias de conclusão: permanências e relevância de 2018

O conflito eleitoral de 2018 é um marco institucional decisivo do processo de polarização que caracteriza o ambiente político no Brasil desde as grandes manifestações de 2013. Nessa conjuntura, marcada pela erupção de uma extrema direita organizada e militante (ROCHA, 2018), os temas em torno da segurança pública e do sistema de justiça criminal invadiram o debate eleitoral com um protagonismo inovador em relação a pleitos presidenciais anteriores.

O debate eleitoral sobre estes temas foi conduzido pela candidatura da extrema direita. A utilização estratégica de uma retórica violenta, acompanhada de propostas simplórias e sem nenhum compromisso com os dados da realidade forjaram o discurso de Jair Bolsonaro na campanha, enquanto os candidatos da direita tradicional, e até mesmo do campo progressista, encontravam dificuldades em produzir uma performance alternativa consistente em termos de política criminal.

O ciclo de discussão e a análise coletiva dos dados produzidos pelo Observatório atravessou o ano de 2019, passando a levar em consideração os rastros herdados pelo debate eleitoral de 2018. Nessa perspectiva de, junto com a conjuntura, avançar na análise dos dados, a pesquisa reencontra o seu ponto de partida: quais as rupturas e permanências apresentadas pelas eleições de 2018 em relação ao consenso punitivo que caracteriza a Nova República?

A pergunta nos levou a construção de quatro problemas, quatro questões que seriam desenvolvidas em um conjunto de artigos articulados pelo mesmo *corpus* empírico e pelo acúmulo de discussões travadas no desenvolvimento da investigação. Os artigos constituem uma espécie de síntese das reflexões coletivas dos últimos dois anos, e serão publicados no livro “Política sob gatilho: a questão criminal nos discursos eleitorais de 2018”, no selo da Coleção Criminologia de Cordel, da editora Revan (no prelo).

No primeiro trabalho intitulado “Povo, nação, inimigo: disputas políticas por significado” buscamos acompanhar de que forma os discursos eleitorais ao longo do espectro político mobilizaram os três conceitos que se apresentam no título, entendidos como “significantes vazios” – conceito elaborado por Laclau (2005) para abordar expressões politicamente potentes, mas de grande indeterminação conceitual. Procurando evidenciar o entrelaçamento entre teoria política, nacionalismo e questão criminal, o texto propôs uma chave de leitura do lugar do “inimigo” na constituição imaginada de “povo” e “Brasil”, tão frequente no período eleitoral.

Em seguida, entendemos necessário problematizar o comportamento da esquerda institucional em torno da questão criminal no pleito presidencial de 2018, questão que deu origem ao trabalho “Encruzilhadas da punição: encontros e desencontros com a esquerda institucional brasileira”. A observação dos discursos eleitorais, em verdade, funcionou como um ponto de partida para objetivos que extrapolaram em duas direções o momento específico das eleições. De um lado, foram resgatados aspectos genealógicos da tensão entre a esquerda institucional brasileira e a questão criminal. Nesses termos, sugerimos pistas analíticas sobre a dificuldade histórica da esquerda partidária em politizar a questão criminal, não localizando os processos de criminalização como dinâmicas decisivas na reprodução das hierarquias sociais e na dinamização material e ideológica do projeto político de dominação da elite branca brasileira. Por outro lado, os discursos eleitorais contribuíram para reflexões sobre os desafios da conjuntura, uma vez que a punição e o controle social autoritário estão no coração do projeto político da extrema-direita brasileira.

Uma segunda questão surge da percepção de que aprofundar a análise acerca dos discursos eleitorais entre os candidatos situados à direita no espectro político era central ao

entendimento deste processo eleitoral e seu resultado. Afinal, se a extrema-direita orientou o debate, a direita tradicional, por seu turno, apresentou uma destacada inexpressividade nas urnas. Esta reflexão deu origem ao artigo intitulado “A dança das direitas: a questão criminal reposicionando o cenário político”. Este trabalho trabalhou em algumas pistas evidenciadas neste artigo. Buscou-se compreender como o avanço no cenário político nacional de uma nova direita – abertamente antidemocrática, defensora do uso irrestrito da violência e do regime político ditatorial – acabou orientando os discursos da direita tradicional, que buscou distanciar-se sob o argumento genérico de equilíbrio entre extremos, ao mesmo tempo em que falhou em apresentar um consistente projeto alternativo. Caminhamos no sentido de traçar e analisar as diferenças e aproximações entre os discursos das direitas quanto à questão criminal, bem como observar como a crescente demanda punitiva é chave central para compreender a exponencial perda de espaço, tanto simbólico como efetivo, da direita tradicional nas eleições 2018.

Por fim, buscamos ainda compreender como o judiciário, através da Operação Lava Jato, contribuiu para formar os sentidos da noção de corrupção que atravessaram as nove campanhas presidenciais, dando origem ao artigo “Os sentidos da Operação Lava Jato na construção das campanhas presidenciais”. Para tanto, a mobilização da pauta anticorrupção foi inserida numa análise que articula o cenário jurídico-político de desorientação das relações entre os três poderes, no período pré-eleitoral, e os desdobramentos da aliança política entre o “juiz forte” que simbolizava a Lava Jato e o candidato eleito. O mote da corrupção, revestido de suposta neutralidade, encobriu o sentido hegemônico que se vincula a uma visão social de mundo conservadora e foi decisivo para pautar o debate político. O suposto consenso sobre a Lava-Jato pareceu usufruir do moralismo como carta na manga para a reprodução de uma mesma hierarquia social. A partir dessa ótica, os dados coletados levaram a perceber como a pauta anticorrupção, já utilizada anteriormente de forma oportunista para legitimar golpes políticos conservadores no Brasil, adquiriu uma potência singular no pleito presidencial de 2018.

Deste modo, a partir destas quatro questões, buscamos aprofundar as reflexões sobre aspectos importantes referentes à política criminal, realçados na conjuntura das eleições presidenciais de 2018 e identificados como problemas centrais para compreensão dos discursos em torno da questão criminal.

Referências

ADORNO, Sérgio; NERY, Marcelo Batista. Crime e violências em São Paulo: retrospectiva teórico-metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 44, p. 169-194, jan/abr 2019.

BATISTA, Vera Malaguti. **A questão Criminal no Brasil Contemporâneo**. Comunicação apresentada no 2º Fórum Nacional de Alternativas Penais, realizado entre os dias 24 e 27 de fevereiro de 2016, Salvador-BA.

FLAUZINA, Ana Luiza. Democracia Genocida. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (Orgs.). **Brasil em Transe: Bolsonaroismo, Nova direita e Desdemocratização**, 2019.

LACLAU, Ernesto. O retorno do povo: razão populista, antagonismo e identidades coletivas. Política e Trabalho. **Revista de Ciências Sociais**, n. 23, 2005, p. 9-34.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 17-26.

PERES, Maria Fernanda Torres *et al.* Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. **Rev. Panam. Salud Publica**, 29(1), p.17-26, 2011.

ROCHA, Camila. O *boom* das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: GALLEGU, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 47-52.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ZAFFARONI, E. R. **Criminología: aproximación desde un margen**. Bogotá: Editorial Themis, 1988.